

A REVOLUÇÃO RUSSA NOS MANUAIS DE HISTÓRIA DO 9.º ANO: ESTUDO COMPARATIVO

TERESA CIERCO*

CÍNTIA MARTINS**

BRUNO SANTOS FONSECA***

INTRODUÇÃO

O estudo e a investigação à volta dos manuais escolares têm sido recorrentes nas últimas décadas. O manual escolar, pelo forte impacto que tem sobre a educação, é percecionado como um «veículo ideológico e cultural», um recurso de ensino-aprendizagem e um instrumento de comunicação visual¹. Presta-se por isso a «pesquisas de natureza diversificada, o que demonstra a complexidade deste tipo de estudo»².

Tendo em conta a lista de critérios de análise do manual escolar adotada pela UNESCO e elaborada por Pingel³, este estudo incide na análise do texto informativo de manuais escolares de História do 9.º ano, tipo de texto e modo de apresentação (intenção e narrativa do autor), ilustrações, fotos, mapas, quadros, estatísticas, fontes e exercícios sugeridos referente a um tema que consta das Metas Curriculares dos manuais de História do 9.º ano — a Revolução Russa. Pretendemos também cruzar essa análise com o protagonismo da Rússia nos últimos anos, tentando aferir se há alguma relação entre o tratamento que é dado ao tema da Revolução Russa e a afirmação atual

* Professora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

** Mestranda em História, Relações Internacionais e Cooperação, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

*** Doutorando em Relações Internacionais, FCSH — Universidade Nova de Lisboa.

¹ MAIA, 2010.

² MAIA, 2010.

³ PINGEL, 1999: 41.

do poder da Rússia na Europa e no Mundo. Constituem objeto de análise os manuais escolares da Porto Editora e da Leya Editora adotados nos anos de 2012 e 2015.

Neste estudo comparativo observamos como cada uma das editoras escolhidas aborda, apresenta e desenvolve o tema da Revolução Russa no período por nós definido. De seguida cruzamos essa análise de conteúdo com o protagonismo que a Rússia tem vindo a assumir nos últimos anos, verificando assim se há alguma relação entre a forma como o assunto é apresentado e o posicionamento da Rússia no sistema internacional nos últimos anos.

A nossa análise de conteúdo dos manuais será realizada a partir da definição de uma tipologia expressa em três níveis de análise e adaptada daquela que foi utilizada por Cristina Maia: a) descritiva — qualidade gráfica e técnica, organização interna da documentação; b) interpretativa — tratamento do tema e sua problematização; c) reflexiva — perspetivas sobre o tema⁴.

Apesar de ser uma investigação eminentemente qualitativa, foi possível aliar uma dimensão de análise quantitativa, uma vez que podemos quantificar alguns dos itens de análise, transformando-os em gráficos que permitem uma análise mais estruturada dos manuais em causa.

Este estudo encontra-se dividido em três partes. Na primeira parte procedemos ao enquadramento teórico e concetualização necessária a uma boa compreensão do objeto de estudo, destacando os manuais escolares como veículos privilegiados de conhecimento. Ainda nesta parte, identificamos a Revolução Russa como um dos domínios definidos nas Metas Curriculares para a área científica da história. Na segunda parte procedemos ao estudo comparativo dos manuais escolares de história do 9.º ano adotados em 2012 e em 2015 pelas duas editoras definidas para o nosso estudo, Porto Editora e Leya Editora, relativamente ao tema da Revolução Russa. Este estudo cinge-se a 3 níveis de análise: descritivo, interpretativo e reflexivo. Por fim, na terceira parte abordamos o protagonismo da Rússia no sistema internacional nos últimos anos e cruzamos essa informação com o tratamento conferido ao tema da Revolução Russa nos manuais escolares já identificados. Concluímos que, entre 2012 e 2015, o tema em questão passou a ser alvo de maior atenção por parte das duas editoras, o que nos permite aferir que o conjunto de ações desenvolvidas pela Rússia nos últimos anos influenciou o tratamento e o destaque que é dado pelas editoras escolares ao tema da Revolução Russa.

MANUAIS ESCOLARES: CRITÉRIOS DE ANÁLISE

«Os manuais escolares têm sido objeto de imensas discussões académicas e teóricas de investigação acerca do propósito, da eficácia, da importância e da sua real ação sobre os verdadeiros alvos dos mesmos, os alunos, e para melhoria da qualidade do

⁴ MAIA, 2017: 1677.

ensino e da aprendizagem»⁵. Como refere Nunes, «todos os manuais escolares são preparados e desenvolvidos com o propósito básico de transmitir conhecimento útil aos alunos, aquilo a que Young (2007) refere de “conhecimento poderoso”, o conhecimento científico que se obtém na escola, diferenciado do conhecimento “comum” obtido na vida social e familiar dos alunos»⁶.

De acordo com Moreira, «durante a década de 1990, vários estudos e investigações realizados no campo da educação» centraram-se nos manuais escolares. Distinguem-se nesta área as obras de Hélène Huot⁷, Alain Choppin⁸, Gérard e Roegiers⁹, Apple¹⁰. Estes autores abordaram «vários aspetos relacionados com a conceção, estatuto, funções e avaliação dos manuais escolares», constituindo excelentes referências para todos aqueles que desejarem elaborar ou adotar um manual¹¹. Como refere Apple, «enquanto o manual dominar os currículos, ignorá-lo porque simplesmente não merece uma atenção cuidada, nem uma luta considerável, é viver num mundo divorciado da realidade»¹².

O manual escolar destaca-se assim como instrumento de ensino que reflete os conteúdos educativos, os objetivos e os métodos pedagógicos e apresenta-se como o elo fundamental que suporta praticamente todo o processo de ensino-aprendizagem. Choppin¹³ conferiu um papel central ao uso do manual dentro e fora da sala de aula. Choppin apelida-o de «utilitário da aula»¹⁴, já que é através dele que o aluno adquire conhecimentos e saberes.

De acordo com Choppin, «o manual escolar pode ser identificado como uma pequena obra, de simples manejo e que engloba as noções essenciais de uma ciência, de uma técnica e, especialmente, os conhecimentos exigidos pelos programas escolares»¹⁵. Para Martinha, o manual constitui «um recurso fundamental do processo de ensino-aprendizagem, como uma interpretação dos seus autores dos programas e da importância dos conteúdos e como um meio privilegiado de comunicação junto dos alunos»¹⁶; por sua vez, para Magalhães, o manual representa «um meio didático e símbolo do campo pedagógico, cuja produção corresponde a uma configuração complexa

⁵ MAIA, 2010: 100.

⁶ NUNES, 2013: 23.

⁷ HUOT, 1989.

⁸ CHOPPIN, 1992.

⁹ GÉRARD & ROEGIERS, 1998.

¹⁰ APPLE, 2002.

¹¹ MOREIRA, 2004: 24.

¹² APPLE, 2002: 77.

¹³ CHOPPIN, 1992.

¹⁴ CHOPPIN, 1992.

¹⁵ CHOPPIN, 1992: 12 *apud* REGO, 2014: 17.

¹⁶ MARTINHA, 2008: 30.

entre texto, forma e discurso [...] uma estruturação e orientação do ato de ler e da experiência da leitura, como inteligência/ação, como significação e construção do mundo»¹⁷.

O Decreto-Lei n.º 369/1990, artigo 2.º, de 26 de novembro, é o primeiro decreto que legisla sobre a política dos manuais escolares portugueses, e define o manual escolar como:

o instrumento de trabalho, impresso, estruturado e dirigido ao aluno, que visa contribuir para o desenvolvimento de capacidades, para a mudança de atitudes e para a aquisição dos conhecimentos propostos nos programas em vigor, apresentando a informação básica correspondente às rubricas programáticas, podendo ainda conter elementos para o desenvolvimento de atividades de aplicação e avaliação da aprendizagem efetuada.

Mais recentemente, no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto, temos já uma conceção mais evoluída do manual escolar, constituindo este:

o recurso didático-pedagógico relevante, ainda que não exclusivo, do processo de ensino e aprendizagem, concebido por ano ou ciclo, de apoio ao trabalho autónomo do aluno que visa contribuir para o desenvolvimento das competências e das aprendizagens definidas no currículo nacional para o ensino básico e para o ensino secundário, apresentando informação correspondente aos conteúdos nucleares dos programas em vigor, bem como propostas de atividades didáticas e de avaliação das aprendizagens, podendo incluir orientações de trabalho para o professor.

Como refere Martins, «apesar de manter a sua característica de obra auxiliar, a sua estrutura, grafismo e principalmente o seu papel pedagógico»¹⁸, o manual foi-se adaptando às políticas educativas e evoluindo ao longo dos tempos. Tradicionalmente, o manual era sobretudo um instrumento de transmissão de conhecimentos e de compilação de exercícios, além de exercer também uma função (implícita) de veiculação de valores sociais e culturais. «Atualmente, além de todas estas funções, procura ainda dar resposta às novas necessidades educativas que são, entre outras: desenvolver nos alunos hábitos e métodos de trabalho, propor métodos de aprendizagem e integrar os conhecimentos adquiridos no dia a dia»¹⁹.

Assim, o manual não deve ser utilizado de forma «restritiva e exclusiva, antes deve promover a articulação de diferentes recursos e fontes de informação, desenvolver hábitos de trabalho, ajudando, assim, à progressiva autonomia do discente ao longo

¹⁷ MAGALHÃES, 2011: 26.

¹⁸ MARTINS, 2010: 19-20.

¹⁹ GÉRARD & ROEGIERS, 1998 *apud* MARTINS, 2010: 20.

da sua trajetória escolar, facultando aos alunos informação e «estimulando um papel dinâmico por parte dos estudantes na construção dos seus próprios conhecimentos»²⁰.

Segundo Tormenta, o manual escolar desempenha várias funções, tais como de informação, estruturação e organização da aprendizagem e também guia do aluno²¹. Para Martins, estas «podem ainda ser diferenciadas de acordo com o seu leitor. Para o aluno, terá funções ligadas à aprendizagem: transmissão de conhecimentos, desenvolvimento de capacidades e de competências e consolidação e avaliação das aquisições. Em relação ao professor, o manual assume uma função de formação, uma vez que fornece informação científica e geral, ajuda nas aprendizagens e na gestão das aulas e na avaliação. Apesar de o manual se destinar ao aluno, é com base nele que o professor planifica e organiza as atividades letivas, funcionando este como se fosse o próprio programa»²².

Um outro aspeto que merece atenção centra-se no processo de elaboração dos manuais escolares, «onde um conjunto de intervenientes encara uma tarefa complicada tendo que considerar a multiplicidade de funções que o manual terá que cumprir, tais como: respeitar o rigor científico, a vertente cognitiva, o aluno como indivíduo e como elemento da sociedade; integrar as atividades a promover, capazes de favorecer a aprendizagem; promover a interdisciplinaridade, sempre tendo em consideração a adequação aos programas escolares»²³.

De acordo com Martins, «os manuais escolares quando bem elaborados podem ser guias, abrir caminhos, constituir pontos de referência para quem trabalha com eles»²⁴, podendo chegar «a substituir o programa de muitas áreas curriculares»²⁵. Desta forma, «os manuais personificam o programa e os professores regem-se por estes, com a vantagem ou desvantagem de muitos deles trazerem inserida a planificação das matérias e conteúdos por períodos letivos e por meses»²⁶.

Para desempenhar convenientemente todas estas funções, o manual escolar vem agora «complementado com livros de atividades, ficheiros de desenvolvimento, enriquecimento, consolidação, avaliação, remediação e outras indicações e referências a fontes ou vias de aprendizagem que estimulam o aluno à autoformação e à autonomia na construção dos conhecimentos»²⁷. Como refere Rego, «o recurso a outros materiais didáticos pode igualmente contribuir de forma positiva para a criação de uma dinâmica ainda mais acolhedora e propensa à obtenção de conteúdos e capacidades visados ao longo do

²⁰ MORGADO, 2004 *apud* REGO, 2014: 33.

²¹ TORMENTA, 1996.

²² GÉRARD & ROEGIERS, 1998 *apud* MARTINS, 2010: 20.

²³ GÉRARD & ROEGIERS, 1998 *apud* MARTINS, 2010: 20.

²⁴ MARTINS, 2010: 24.

²⁵ CORREIA, 1998 *apud* MARTINS, 2010: 24.

²⁶ CORREIA, 1998 *apud* MARTINS, 2010: 24.

²⁷ JOÃO, 2009: 55.

percurso escolar dos alunos»²⁸. Conforme observa Choppin, o manual escolar é atualmente um instrumento «polifônico» dada a sua multifuncionalidade: «o manual é um produto complexo que se presta a múltiplas abordagens», advertindo, antes do mais, que «os manuais não são livros como os outros»²⁹. Ao determinar «estratégias de ensino e determinando conteúdos», o manual escolar «marca de forma decisiva o que se ensina e como se ensina o que se ensina»³⁰. Entende-se assim que «os manuais e as práticas neles implicadas» precisam «o que se ensina, quando e como se ensina na sala de aula»³¹.

De acordo com Maia, «o estudo dos manuais presta-se a pesquisa de natureza diversificada, o que demonstra a complexidade deste tipo de estudo»³². São várias e diferentes as dimensões de análise, e vão desde «a análise de conteúdo do texto informativo do manual (ideias subjacentes e afirmações proferidas) às perspectivas didáticas ou à descoberta do *curriculum* oculto»³³. Como tal, Maia apresenta uma lista de critérios de análise do manual escolar adotada pela UNESCO e elaborada por Pingel que apresentamos na Tabela 1³⁴:

Tabela 1. Lista de critérios de análise dos manuais escolares

1. Textbook sector components - education system - guidelines/curricula - adoption procedures - structure of publishing houses
2. Formal criteria - bibliographic references - target group (school level, type of school) - dissemination
3. Types of texts/mode of presentation - authors' intentions (if specified) - descriptive author's text (narrative) - illustrations/photos/maps - tables/statistics - sources - exercises
4. Analysis of content - factual accuracy/completeness/errors - up-to-date portrayal - topic section/emphasis (balance)/representativeness - extent of differentiation - proportion of facts and views/interpretation
5. Perspective of presentation - comparative/contrastive approach - problem-oriented - rationality/evocation of emotions

Fonte: PINGEL, 1999 *apud* MAIA, 2017: 1675

²⁸ REGO, 2014: 44.

²⁹ CHOPPIN, 2004: 556 *apud* REGO, 2014: 47.

³⁰ LAJOLO, 1996 *apud* REGO, 2014: 41.

³¹ REGO, 2014: 41.

³² MAIA, 2017: 1675.

³³ PINGEL, 1999 *apud* MAIA, 2017: 1675.

³⁴ MAIA, 2017: 1675; PINGEL, 1999: 41.

A análise do manual pode ainda dividir-se em: «formato (capacidade do manual estimular o aluno para a aprendizagem, por exemplo destacando nesta análise as ilustrações e a sua qualidade gráfica); conteúdo (o que dá sentido às aprendizagens do aluno e o motiva a “aprender a aprender”); legibilidade (elemento que facilita a compreensão do aluno); abordagem metodológica (as experiências de aprendizagem)»³⁵.

No estudo comparativo que nos propomos efetuar, a análise de conteúdo dos manuais irá ser desenvolvida tendo em conta alguns dos critérios apresentados por Pingel e utilizados por Maia³⁶. A tipologia que propomos segue assim três níveis de análise: descritiva, interpretativa, reflexiva. Mas, antes de passarmos ao estudo comparativo, importa ainda identificar o tema da Revolução Russa como parte das Metas Curriculares de História definidas para o 9.º ano.

As Metas Curriculares «estabelecem aquilo que pode ser considerado como a aprendizagem essencial a realizar pelos alunos, em cada um dos anos de escolaridade ou ciclos do ensino básico. Constituindo um referencial para professores e encarregados de educação, as Metas ajudam a encontrar os meios necessários para que os alunos desenvolvam as capacidades e adquiram os conhecimentos indispensáveis ao prosseguimento dos seus estudos e às necessidades da sociedade atual»³⁷. Enquanto iniciativa do Ministério da Educação e Ciência, as Metas Curriculares surgiram «na sequência da revogação do documento “Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais” (Despacho n.º 17169/2011, de 23 de dezembro)»³⁸. A par dos «programas de cada disciplina, as metas constituem as referências fundamentais para o desenvolvimento do ensino: nelas se clarifica o que nos programas se deve eleger como prioridade, definindo os conhecimentos a adquirir e as capacidades a desenvolver pelos alunos nos diferentes anos de escolaridade (Despacho n.º 5306/2012, de 18 de abril)»³⁹.

De acordo com o documento do Ministério da Educação e Ciência supracitado, as Metas Curriculares constituem «princípios orientadores» e são «específicas de cada área disciplinar», devendo «identificar os desempenhos que traduzem os conhecimentos a adquirir e as capacidades que se querem ver desenvolvidas, respeitando a ordem de progressão da sua aquisição»⁴⁰.

As Metas Curriculares são assim um documento legal e orientador de aprendizagem, visando que todos os alunos de todas as escolas públicas e privadas em Portugal, ao terminar o ano letivo, tenham abordado em sala de aula as mesmas

³⁵ MAIA, 2017: 1675.

³⁶ MAIA, 2017.

³⁷ PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência, [s.d.]: 1.

³⁸ PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência, [s.d.]: 1.

³⁹ PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência, [s.d.]: 1.

⁴⁰ PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência, [s.d.]: 1.

temáticas. Neste sentido, mesmo que estudadas de forma diferente, as temáticas e os objetivos traçados de aprendizagem são os mesmos.

Os manuais de história do 9.º ano encontram-se organizados segundo 4 domínios que as Metas Curriculares estabelecem para a área científica da história⁴¹:

1. *A Europa e o Mundo no limiar do século XX;*
2. *Da Grande Depressão à 2.ª Guerra Mundial;*
3. *Do segundo após guerra aos anos 1980;*
4. *O após Guerra Fria e a Globalização.*

Dentro de cada um destes domínios existem subdomínios que permitem um estudo mais aprofundado das temáticas a serem lecionadas dentro de cada domínio. No que diz respeito à temática/problemática alvo de análise neste estudo comparativo — Revolução Russa —, esta insere-se no 1.º grande domínio, «A Europa e o Mundo no limiar do século XX», e dentro deste, é abordada no 2.º subdomínio, intitulado «As transformações políticas, económicas, sociais e culturais do após guerra».

Este subdomínio tem quatro grandes objetivos através dos quais os alunos devem orientar o seu estudo⁴²:

1. *Conhecer as transformações geopolíticas decorrentes da 1.ª Grande Guerra*
2. *Conhecer e compreender as transformações económicas do após guerra;*
3. *Conhecer e compreender a Revolução Soviética*
4. *Conhecer e compreender as transformações socioculturais das primeiras décadas do século XX.*

No caso da problemática em questão, na sala de aula o professor deve cumprir o 3.º objetivo: «Conhecer e compreender a Revolução Soviética». No sentido prático de orientar o decorrer da aula, o documento das Metas Curriculares indica ainda 7 descritores que podem funcionar como questões orientadoras da aula de forma que este tema seja abordado seguindo as normas legais impostas⁴³:

1. *Caracterizar sucintamente a Rússia czarista ao nível político, económico e social;*
2. *Relacionar a entrada da Rússia na 1.ª Grande Guerra com o agravar das tensões sociais e políticas;*
3. *Caracterizar a «Revolução de Fevereiro», salientando o carácter demoliberal das medidas tomadas pelo governo provisório;*

⁴¹ PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência, 2014: 23-32.

⁴² PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência, 2014: 23-24.

⁴³ PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência, 2014: 24.

4. *Relacionar a decisão de permanência da Rússia na Primeira Grande Guerra com o eclodir da «Revolução de Outubro»;*
5. *Caracterizar a «Revolução de Outubro», as principais medidas tomadas (fim do envolvimento na guerra, participação dos operários na gestão das fábricas e divisão das grandes propriedades rurais pelas famílias camponesas);*
6. *Descrever as principais etapas de implantação do regime comunista entre 1917 e 1924 (Guerra civil e Comunismo de Guerra, NEP, formação da URSS);*
7. *Avaliar o impacto da Revolução Bolchevique na Europa Ocidental e no Mundo em geral.*

Apesar das imposições legais, o professor é autónomo para gerir o programa da forma que lhe for mais conveniente, desde que cumpra com os requisitos legais e com a planificação definida pelo grupo de História de cada escola; ou seja, o professor tem flexibilidade para gerir a leção dos conteúdos, podendo sugerir aos alunos outros recursos e informações que julgue pertinentes.

Entre os dois últimos documentos normativos da disciplina de História, o Programa de História de 1991 e o de 2014, nota-se uma evolução significativa, encontrando-se as Metas Curriculares muito mais práticas neste último. No documento normativo de 1991 é apresentada uma lista de conceitos ou noções básicas a partir das quais os professores devem seguir e que devem transmitir aos alunos, como: «Comunismo; Marxismo-Leninismo; Bolchevique; Soviete; Nacionalização; Ditadura do Proletariado»⁴⁴. Porém, já nas Metas Curriculares adotadas em 2014, estes conteúdos encontram-se mais disseminados, permitindo maior liberdade de transmissão de conhecimentos aos professores.

Por conseguinte, as Metas Curriculares presentemente em vigor, apesar de alcançadas no Programa de História de 1991, tiveram como principal mote a atualização estrutural do ensino de história do 3.º ciclo, bem como permitiram elucidar «domínios para áreas que se consideram transversais à disciplina em todo o ciclo de ensino e que reportam ao tratamento da temporalidade e do espaço, assim como a aspetos metodológicos do saber histórico, nomeadamente, a utilização e crítica de fontes históricas diversificadas e a natureza do discurso historiográfico»⁴⁵.

A REVOLUÇÃO RUSSA NOS MANUAIS DO 9.º ANO: ESTUDO COMPARATIVO

As editoras selecionadas para este estudo comparativo foram: a Porto Editora, que possui uma grande panóplia de edições nas mais diferentes «áreas da Educação,

⁴⁴ PORTUGAL. Ministério da Educação, 1991: 65.

⁴⁵ PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência, 2014: 1.

Referência e Literatura»⁴⁶; e a Leya Editora, que, para além de se destacar no ensino à distância, também se considera como «um grupo editorial de referência no espaço da língua portuguesa»⁴⁷. Note-se que ambas as editoras possuem o monopólio da produção de manuais escolares.

Iremos assim abordar as dinâmicas e os conteúdos informativos relativos à Revolução Russa nos manuais de História de 9.º ano adotados pela Porto e Leya Editoras nos anos de 2012 e de 2015, tendo em atenção não só as características de cada editora, como também as Metas Curriculares para o ensino de História do 9.º ano relativamente ao tema da Revolução Russa já referidas.

A análise de conteúdo dos manuais que propomos irá ser desenvolvida com base numa tipologia expressa em três níveis de análise:

- a) descritiva — qualidade gráfica e técnica, organização interna da documentação;
- b) interpretativa — tratamento do tema e sua problematização;
- c) reflexiva — perspetivas sobre o tema.

Os manuais que serviram de objeto de análise no âmbito da Porto Editora intitulam-se: *Viva a História* de Cristina Maia, Isabel Paulos Brandão e Luís Miguel Duarte⁴⁸, e *Missão: História* de Cláudia Amaral, Bárbara Alves e Tiago Abreu⁴⁹. Por sua vez, os manuais de História do 9.º ano da Leya Editora intitulam-se: *Sinais da História* de Aníbal Barreira e Mendes Moreira⁵⁰ e *O Fio da História* de Ana Rodrigues Oliveira, Marília Gago, Isabel Catarino, Francisco Cantanhede e Paula Torrão⁵¹.

PORTO EDITORA VERSUS LEYA EDITORA

a) descritiva

No primeiro manual da Porto Editora aqui analisado, *Viva a História* (2012), os documentos presentes mostram uma enorme condensação da informação, expressando uma compreensão sobre a Revolução Soviética pouco explorada. Assim, é bastante perceptível que os documentos utilizados possuem maior relevância do que a informação que consta na primeira página, em duas, dedicada à exploração da temática. Ainda neste manual o grafismo é pouco apelativo, visto que deveria estar estruturado de forma mais encadeada. Ou seja, abordar um pouco mais os acontecimentos relevantes sobre o tema, remetendo assim para a segunda página os documentos

⁴⁶ PORTO EDITORA, 2017.

⁴⁷ LEYA, 2017.

⁴⁸ MAIA *et al.*, 2012.

⁴⁹ AMARAL *et al.*, 2015.

⁵⁰ BARREIRA & MOREIRA, 2012.

⁵¹ OLIVEIRA *et al.*, 2015.

essenciais para o estudo do aluno através de questões. A utilização dos documentos no manual de 2012 da Porto Editora vai no sentido de criar no aluno uma maior capacidade de interpretação e de raciocínio, contrapondo ou corroborando as informações prestadas no texto informativo. Os autores para conseguir tal objetivo apresentaram as linhas orientadoras num pequeno quadro com indicações de como proceder ao estudo e à análise da temática. De igual forma, encontram-se em ambas as páginas questões estruturadas de forma distinta. Por um lado, na página informativa encontram-se duas «questões-problema» com a indicação de dois grandes assuntos: motivos para a eclosão da Revolução Soviética e os acontecimentos que antecederam e/ou que levaram à construção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Por outro, na segunda página são formuladas questões alicerçadas na interpretação dos documentos (fontes), dando a perceber que este tema será lecionado numa aula de estudo mais prática. Estas duas formas de mostrar questões sobre um tema exprimem as linhas da própria temática.

O segundo manual da Porto Editora em análise, *Missão: História*, de 2015, pauta-se por ser um manual construtivista, uma vez que ao longo da exposição dos conteúdos foi perceptível uma maior preponderância de determinadas noções. Também é de notar a indicação de fontes documentais nas suas mais diversas formas; aluda-se apenas a imagens e excertos de documentos.

Logo no limiar da exposição dos conteúdos sobre a temática, uma questão é colocada — «Quero Saber...». Depois de estudados todos os documentos e informações pertinentes, é dada na parte final outra indicação na segunda página da exposição dos conteúdos — «Agora Sei...». Demonstra, assim, uma preocupação em despertar no aluno a sua atenção para descobrir e analisar uma temática em particular, mas sem se perder o interesse.

Nos manuais da Porto Editora procurou-se, também, demonstrar a importância e a forma como os conteúdos programáticos se encontram impressos. Breve referência é, de facto, a Porto Editora, que entre todas as editoras possui uma vasta rede de recursos digitais, salientando-se a organização visual dos manuais, bem como a qualidade do texto informativo. Os documentos utilizados neste manual da Porto Editora são de extrema pertinência, bem como as imagens que foram selecionadas para comporem e acrescentarem dados sobre o conteúdo tratado, constituindo, assim, estes dois elementos um excelente recurso para os alunos. Efetivamente, é perceptível a sintetização dos conteúdos. A ilustrar, na página referente à Revolução Burguesa e Revolução Bolchevique, a informação, apesar de se encontrar apenas numa página, encontra-se sucinta e direta na aclaração do que é relevante a ser transmitido aos alunos.

Relativamente aos manuais da Leya Editora, o primeiro, *Sinais da História*, de 2012, comporta questões orientadoras do estudo do tema e sua evolução. Com uma

linguagem acessível, direta e concisa, o tema encontra-se bem organizado com recurso a cronologias, quadros sinóticos, mapas, datas sugestivas, legendas, glossário, quadros síntese e pequenos trechos de obras originais da época. No final de cada sessão, o Manual tem ainda questões/atividades propostas sob o título «eu treino competências em História» que ajudam a compreender o essencial do tema. Identifica-se ainda a utilização de diferentes cores de base (o azul, dois tipos de verde e o vermelho) que indicam a sequência das matérias e permitem ao leitor uma localização fácil e instantânea da matéria no interior do conjunto de todo o texto.

Por sua vez, no segundo manual analisado, o *Fio da História*, de 2015, nota-se uma clara preocupação com o fio condutor da informação. De facto, cada aula inicia-se com um quadro intitulado «O fio da História...» bem visível, que liga o conhecimento prévio adquirido àquele que será lecionado seguidamente. A forma como é finalizada é também semelhante, culminando com perguntas de raciocínio lógico que obrigam os alunos a relacionar conceitos e temáticas. O cuidado com a exposição de fontes nas suas mais diversas formas é também uma característica predominante. É bastante inteligível o destaque feito a uma análise documental que permita aos alunos adquirir capacidades de raciocínio e argumentação, ainda antes da transmissão de informação por si só. Os documentos exibidos são pertinentes e ligam-se adequadamente à amostra textual. De facto, previamente à exposição de conteúdos, são fornecidos exemplos documentais, de modo que os alunos criem um entendimento mais claro da matéria a lecionar e construam uma ponte de ligação entre as temáticas. Quanto à parte de descrição teórica, esta é exposta com um formato interrogativo, ou seja, a cada pergunta colocada previamente ao longo do texto, é dada uma resposta clara e sucinta aos alunos que desta forma se orientam dentro da condução da história. Esta característica perde-se no manual que analisaremos seguidamente, sendo substituída por algumas questões colocadas precedentemente a toda a construção textual. Os *conceitos* são outro dos pontos de relevo deste manual. Apresentados em todas as aulas, não se resumem apenas a isto como igualmente lhes é dado um papel de destaque ao ser proposto aos alunos que os relacionem com as temáticas que se encontram a ser abordadas de forma a melhor saber empregá-los. Sendo este um dos muitos exercícios designados neste manual, que dá uma relevância clara à análise, leitura e produção textual não só no final da aula, como igualmente ao longo de toda ela, termina assim com perguntas de opinião pessoal relacionadas com a temática, para as quais se deverão obter respostas bem fundamentadas.

A estrutura e a utilização de documentos e imagens, bem como de outros recursos, são diferentes de manual para manual (ver Tabela 2). Relativamente à ilustração de cada página, no manual da Porto Editora de 2012, as duas páginas reservadas à análise da temática comportam 1 imagem, 1 mapa, 3 excertos de fontes documentais, e um pequeno cronograma com datas importantes sobre a Revolução Soviética.

No que se refere ao manual *Missão: História*, de 2015, nas 6 páginas dedicadas ao tema da Revolução Russa, encontramos 1 mapa, 7 imagens, 13 documentos e 1 gráfico, sem qualquer menção a tabelas ou diagramas.

Por sua vez, nos manuais da Leya Editora foi possível identificar, no de 2012, nas 4 páginas dedicadas ao tema da Revolução Russa, 7 imagens, 2 gráficos e 4 pequenos textos da época (documentos — 2 sobre o Império Russo e 2 sobre a construção da União Soviética). Relativamente ao manual de 2015, as 8 páginas dedicadas ao tema contaram com 11 imagens, 2 mapas, 5 excertos documentais, 2 gráficos e 3 diagramas.

É necessário, contudo, referir que, comparando os manuais da Leya com os da Porto Editora, apesar de a diferença do número de páginas dedicadas ao tema não ser significativa, no que toca à oferta documental, esta é bem mais abrangente e diversificada, sendo que na Porto Editora é perceptível a maior importância dada aos documentos em detrimento das restantes fontes.

Outra característica que difere entre estes dois exemplos centra-se no papel exercido pelos conceitos, menos relevante, sendo apresentados muito singelamente e sem grande relevo, ao contrário do manual anterior. Interessante seria a parte dedicada às curiosidades, pertinente e um excelente recurso para cativar a atenção dos alunos, no entanto diminuta (apenas algumas linhas) se tivermos como meio de comparação a página completa a que o primeiro manual da Porto Editora que aqui analisámos dedica.

Em termos gráficos, ambos os manuais da Porto Editora caracterizam-se, por assim dizer, por duas estruturas ou grafismos: um estudo mais construtivista, ou seja, uma apresentação do tema que se inicia com a análise de documentos e posteriormente uma síntese escrita que dê fundamento à informação recolhida; ou por um estudo mais expositivo, ou seja, uma forma que expõe de forma sintética o conteúdo a abordar e, posteriormente, solidifica essa informação com a leitura e análise de documentos.

Tabela 2. Fontes nos manuais da Leya e Porto Editora

	<i>Viva a História</i> (2012)	<i>Missão: História</i> (2015)	<i>Sinais da História</i> (2012)	<i>O Fio da História</i> (2015)
Imagens	1	7	7	11
Mapas	1	1	-	2
Documentos	3	13	4	5
Gráficos	-	1	2	2
Diagramas/tabelas	1	-	-	3
Total	5	22	13	23

Fonte: Elaborado pelos autores

b) interpretativa

O manual *Viva a História* da Porto Editora, de 2012, é um manual que dista em algumas particularidades dos seus pares de 2015. A saber: a utilização de fontes foi pouco conseguida, uma vez que os autores recorreram a apenas três documentos «chave», mais um mapa para a aclaração das dinâmicas existentes: «Proclamação do Congresso dos Sovietes. 8 de novembro de 1917»; «Discurso de Lenine» (excerto); «Introdução à Constituição da URSS de 1924»; e o mapa: «A URSS em finais dos anos de 1930»⁵². Ao longo da pouca exposição teórica (texto tratado) neste manual é de salientar que algumas expressões foram destacadas, entre elas: «1917»; «Revolução de Fevereiro»; «Revolução de Outubro»; «Lenine»; «comunismo de guerra»; «NEP», entre outros⁵³. Estas expressões são de enorme pertinência para a perceção do tema, mas de uma forma superficial.

Em suma, neste manual de 2012 é bastante perceptível que o tema se encontra sistematizado quanto à exposição da informação, faltando uma maior amplitude aos antecedentes da própria Revolução Soviética, bem como ao próprio desenvolvimento de cada uma das revoluções de 1917.

Por sua vez, na caracterização do tema no manual da Porto Editora de 2015, é perceptível que os conteúdos foram esmiuçados amplamente através da ênfase dada a determinados conceitos ou palavras relevantes para a elucidação da temática. Para isso, foram realizadas questões que seguiram tópicos elucidativos da informação presente numa das páginas com o conteúdo informativo (esta particularidade é inerente aos dois manuais da Porto Editora). Outra característica de grande relevo diz respeito ao facto de ser concedida uma maior preponderância à lecionação de conceitos, pois esta compõe uma percentagem superior relevante e defendida pelo programa de 9.º ano. Neste manual destaca-se a importância acrescida da utilização de fontes documentais (excertos), existindo uma relação intrínseca entre os documentos selecionados e o texto informativo produzido, bem como a exemplificação de situações, ou de vultos importantes, através de imagens.

Nos manuais da Leya Editora, a caracterização do tema apresenta-se com uma construção muito mais socioeconómica. No manual de 2012, no âmbito da construção da URSS é significativo o foco nas medidas radicais adotadas por Lenine e conhecidas por «comunismo de guerra», e a adoção da «Nova Política Económica», seguida da coletivização e planificação da economia. No mesmo contexto, o manual de 2015 incide sobre as condições dos camponeses e operários russos, o atraso deste império em relação a outras potências, a hierarquização da sociedade, a economia pouco desenvolvida, e as tensões sociais trazidas da participação na I Guerra Mundial.

⁵² MAIA *et al.*, 2012: 106-107.

⁵³ MAIA *et al.*, 2012: 106-107.

Expressões como «grande atraso», «vida de miséria», «reprimia todos os que se opunham ao seu poder» são recorrentemente utilizadas, dando a clara impressão de uma pouca imparcialidade por parte do autor. Nas várias páginas dedicadas ao tema, são salientadas as revoluções de Outubro e Fevereiro de 1917, o governo bolchevique e as suas normas que trouxeram consigo a paz com a Alemanha, a nacionalização da propriedade privada e outras medidas baseadas na corrente marxista-leninista. Outro aspeto de relevo neste manual consiste, sem dúvida, na preocupação com as correntes políticas, as ideias socialistas e partidos comunistas que aqui se formaram, e que proliferaram no resto do mundo. São ainda referidos o «comunismo de guerra» e os objetivos da «Nova Política Económica».

c) reflexiva

A formatação das páginas é de extrema importância na elaboração de qualquer manual escolar, e estes manuais não são exceção à regra. A forma como o tema da Revolução Russa está desenvolvido visa manter o interesse atento dos leitores. Esta característica vai ao encontro da importância que deve ser dada à exposição dos temas que constam das Metas Curriculares de história.

Relativamente à análise do tema, podemos afirmar que nos dois manuais da Leya Editora, temos uma construção do tema assente numa perspetiva mais socioeconómica, e que nos dois manuais da Porto Editora, a perspetiva dominante é mais de carácter político-económica. Contudo, nas duas editoras é visível a preocupação de análise dos aspetos mais importantes sobre o tema da Revolução Soviética, tendo sempre em conta as Metas Curriculares desenvolvidas e a utilização de uma grande variedade de documentos adequada ao tema em causa. No segundo, ambos os manuais da Leya se caracterizam por conteúdos programáticos pertinentes, dentro das Metas Curriculares desenvolvidas e com uma panóplia documental adequada aos assuntos em causa. No entanto, se os conteúdos se mantêm idênticos, o mesmo não se pode dizer da estrutura que difere entre os manuais, com uma clara separação da importância dada a cada ponto intrínseco a esta temática, aos documentos de apoio utilizados e ao pragmatismo da escrita.

Outra característica que se vislumbrou na apreensão das diferentes perspetivas sobre Revolução Soviética nos 4 manuais analisados foi a maior preponderância concedida ao aprofundamento da temática entre 2012 e 2015. Se bem que cada manual tenha seguido as mesmas diretrizes expressas nas Metas Curriculares, adaptando essas mesmas diretrizes aos conteúdos programáticos, podemos afirmar que o tema da Revolução Russa nos manuais de 2015 se encontra mais desenvolvido e tem como suporte um maior número de recursos, como imagens, pequenos textos originais, estratégias pedagógicas e mapas.

O PROTAGONISMO DA RÚSSIA NO SÉCULO XXI E O TRATAMENTO CONFERIDO AO TEMA DA REVOLUÇÃO RUSSA

Sabendo que entre os manuais de 2012 e de 2015 o tema da Revolução Russa ganhou maior visibilidade, podemos agora tentar encontrar algumas das razões que podem estar na sua origem. Uma delas é, no nosso entender, o facto de nestes últimos anos a Rússia ter aumentado o seu protagonismo no sistema internacional, tornando-se um ator com uma presença mais forte na sua zona geográfica limítrofe, como é o leste europeu. De facto, as políticas adotadas pela Rússia no plano internacional a partir do momento em que Vladimir Putin assumiu a presidência do país no início do século XXI podem constituir uma das razões para a maior visibilidade do tema da Revolução Russa nos manuais de história do 9.º ano.

Apesar dos vários constrangimentos que a Rússia teve de enfrentar durante a década de 1990, sobretudo devido ao fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a imagem da Rússia foi sendo progressivamente reforçada graças ao desenvolvimento de uma política externa forte no seu espaço de influência tradicional. Numa perspectiva claramente realista sobre o interesse nacional e as prioridades de política externa a que vários autores chamam de «pragmatismo nacionalista»⁵⁴, Putin procurou estabilizar o poder unipolar que os Estados Unidos tinham procurado desenvolver desde o fim da Guerra Fria e adotou uma política assertiva numa área de importância estratégica para a Rússia: o espaço da Confederação de Estados Independentes (CEI).

Durante o seu mandato (2000-2008), Putin empreendeu uma política de repressão na Chechénia, demonstrou o seu descontentamento face ao alargamento da OTAN e ao projeto de instalação de equipamentos relacionados com o escudo de defesa antimíssil na Polónia e na República Checa, ajudou a criar a Organização de Cooperação de Xangai (cooperação militar com a China) para conter a primazia norte-americana e manteve um discurso marcadamente nacionalista. Na relação com as ex-repúblicas soviéticas, a proeminência dos hidrocarbonetos marcou uma situação de dependência dos Estados da CEI face à Rússia: dada a sua posição geográfica e importância no mercado energético regional, quer os países produtores quer os países consumidores da região dependem da Rússia como intermediária⁵⁵. Esta situação fica visível quando a Rússia, como forma de pressão, interrompe o fornecimento de gás à Bielorrússia em 2004, por suspeita de que o país estava a desviar gás destinado a outros países, e à Ucrânia em 2006, após a Revolução Laranja,

⁵⁴ RAQUEL *apud* LIGHT, 2003: 48.

⁵⁵ LAZZARI, 2010: 63.

tentando evitar que este país aderisse à União Europeia e à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)⁵⁶.

Com a eleição de Dmitry Medvedev para a Presidência, em março de 2008, as políticas de reafirmação do poder da Rússia no sistema internacional continuaram a fazer-se sentir. A intervenção na Geórgia em agosto de 2008, seguida do reconhecimento da independência da Ossétia do Sul e da Abcázia, mostra o descontentamento da Rússia face ao Ocidente e à própria linha política seguida pelo país de alinhamento e de aproximação às instituições ocidentais.

Em 2012, com o regresso de Putin à Presidência, a defesa do interesse nacional russo adquiriu novos contornos. O contexto internacional de grande instabilidade (crise financeira internacional, as convulsões políticas no Norte de África, entre outros) e as dificuldades da relação com o ocidente influenciaram a adoção de políticas de maior controlo por parte do Presidente, mantendo-se o objetivo de afirmação da Rússia como grande potência⁵⁷. É neste enquadramento que ocorre a crise na Ucrânia em finais de 2013, com a subsequente anexação da Península da Crimeia em março de 2014. A Ucrânia faz parte de um conjunto de países que criam uma zona de separação entre a Rússia e a Europa. Alguns deles fazem já parte da UE e da OTAN (caso da Europa de Leste), por isso, o interesse da Rússia concentra-se agora em evitar que aqueles que fazem fronteira direta com o seu território fujam ao seu controlo e se mantenham na esfera de influência de Moscovo. Neste contexto, a Crimeia assume uma importância ainda maior, dada a sua localização geoestratégica no mar Negro.

A perceção de insegurança é, historicamente, um ponto central da cultura política russa. A posição geográfica do país, com vastas fronteiras planas e porosas, reforça esta tendência. A Rússia age e reage sempre que estiverem em causa os seus interesses no espaço pós-soviético definido como «área de atuação preferencial»⁵⁸. Esta ação é empreendida através de meios políticos, económicos e culturais e não pela força e tem como único propósito expandir, reforçar e consolidar a sua área de influência e obter o reconhecimento de grande potencia internacional.

É neste contexto de maior presença e protagonismo da Rússia no sistema internacional que se torna pertinente observar que, entre os manuais de 2012 e de 2015 analisados nestas duas editoras diferentes, o estudo do tema da Revolução Russa se encontra mais desenvolvido e estruturado, contando também com um maior número de recursos que permitem uma melhor compreensão de todas as suas dinâmicas.

⁵⁶ OLIKER *et al.*, 2009: 95.

⁵⁷ LO, 2006: 60.

⁵⁸ FREIRE, 2011: 213.

CONCLUSÃO

Os manuais escolares são veículos de conhecimento privilegiados e apresentam-se como elo fundamental que suporta todo o processo de ensino-aprendizagem. No âmbito deste estudo foram analisados os manuais de História do 9.º ano da Porto Editora e da Leya Editora adotados nos anos de 2012 e de 2015.

No nosso estudo, a análise da Revolução Russa seguiu uma tipologia expressa em três níveis de análise: descritiva, interpretativa e reflexiva. Em relação à primeira podemos observar que todos os manuais utilizam vários recursos que ajudam a captar a atenção dos leitores, nomeadamente imagens, tabelas, documentos, gráficos e diagramas, e estão em conformidade com os objetivos inscritos nas Metas Curriculares definidas pelo Ministério da Educação. No entanto, denota-se claramente um aumento destes recursos utilizados nos manuais de 2012 para 2015. Ambas as editoras, no período considerado, deram um maior enfoque à análise e à exposição da temática sobre a Revolução Russa, sendo notória a propensão do número de páginas destinadas para o efeito.

No que se refere à análise interpretativa, no caso dos manuais da Porto Editora, de 2012 para 2015 foi perceptível um maior aprofundamento de conhecimentos e de determinados conceitos relativos à revolução de 1917. Também é bastante clara a maior preponderância de definições, importância dada à utilização de fontes documentais e uma maior relação entre a documentação e o texto informativo.

Nos manuais da Leya, de 2012 para 2015 é possível denotar que o foco que anteriormente se encontrava no «comunismo de guerra» e na «Nova Política Económica» passou a englobar também uma maior preocupação com as condições do operariado, a situação económica do país e as tensões sociais. Também a Revolução de 1917 ganhou uma maior preponderância, tal como o governo bolchevique, as medidas baseadas na corrente marxista-leninista e as correntes políticas, as ideias socialistas e os partidos comunistas que proliferaram por toda a Europa.

Por fim, na análise reflexiva foi possível concluir que cada uma das editoras recolhidas aborda, apresenta e desenvolve o tema da Revolução Russa com perspetivas diferentes, mas complementares. Enquanto os manuais da Porto Editora adotaram uma visão político-económica do acontecimento, os manuais da Leya Editora deram uma maior ênfase aos aspetos económicos da Revolução.

Com este estudo podemos ainda concluir que, comparando os manuais de 2012 com os de 2015 de ambas as editoras, é visível o maior aprofundamento e desenvolvimento do tema da Revolução Russa. Uma das razões consiste no facto de, nos últimos anos, a Rússia se ter afirmado como um ator de grande importância estratégica no continente europeu, obtendo um maior protagonismo no seu espaço de influência tradicional. Podemos assim concluir que há uma relação entre a forma como o tema

da Revolução Russa é apresentado e abordado nos manuais do 9.º ano e o posicionamento da Rússia no sistema internacional nos últimos anos.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Cláudia; ALVES, Bárbara; TADEU, Tiago (2015) — *Missão: História 9 (9.º Ano)*. Porto: Porto Editora.
- APPLE, Michael (2002) — *Manuais Escolares e Trabalho Docente*. Lisboa: Didáctica Editora.
- BARREIRA, Aníbal; MOREIRA, Mendes (2012) — *Sinais de História (9.º Ano)*. Lisboa: Leya Editora.
- CHOPPIN, Alain (1992) — *Les Manuels scolaires: histoire et actualité*. Paris: Hachette.
- ____ (2004) — *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. «Educação e Pesquisa», vol. 30, n.º 3, p. 549-566.
- FREIRE, Maria Raquel (2011) — *Federação Russa*. In FREIRE, Maria Raquel, org. — *Política Externa: As relações internacionais em mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 149-169.
- GÉRARD, François-Marie; ROEGIERS, Xavier (1998) — *Conceber e Avaliar Manuais Escolares*. Porto: Porto Editora.
- HUOT, H. (1989) — *Dans la Jungle des manuels scolaires*. Paris: Éditions du Seuil.
- JOÃO, Fernando Manuel Margarido (2009) — *Manuais escolares do 1.º ciclo, entre Currículo e Programas*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Dissertação de Mestrado em Gestão Curricular.
- LAJOLO, M. (1996) — *Livro Didático: um (quase) manual do usuário*. Brasília: Em Aberto.
- LAZZARI, T. A. (2010) — *Política Externa Russa do Início do Século XXI: Tendências e Perspetivas*. «Revista Conjuntura Austral», vol. 2, n.º 3-4.
- LEYA (2017) — *Informação Sobre a Leya*. Lisboa: Leya Portugal. Disponível em <<http://www.leya.com/pt/gca/leya-quem-somos/sobre-a-leya-about-us/>>. [Consulta realizada em 10/08/2017].
- LIGHT, Margot (2003) — *In Search of an identity: Russian foreign policy and the end of ideology*, «Communist Studies and Transition Politics», vol. 19, n.º 3, p. 42-59.
- LO, Bobo (2006) — *Evolution or Regression? Russian Foreign Policy in Putin's Second Term*. London. Disponível em <<http://www.chathamhouse.org.uk/pdf/research/rep/R0506Lo.pdf>>. [Consulta realizada em 02/08/2017].
- MAIA, Cristina (2010) — *Guerra Fria e Manuais Escolares – Distanciamentos e Aproximações*. Porto: FLUP. Tese de Doutoramento em História.
- ____ (2017) — *Investigação qualitativa e métodos mistos em Manuais Escolares: um estudo comparativo europeu*. In *Atas Investigação Qualitativa em Educação do 6.º Congresso Ibero-Americano en Investigación Cualitativa. 2nd International Symposium on Qualitative Research*. [S.l.: s.n.], p. 1672-1681.
- MAIA, Cristina; BRANDÃO, Isabel Paulos; DUARTE, Luís Miguel (2012) — *Viva a História (9.º Ano)*. Porto: Porto Editora.
- MAGALHÃES, Justino (2011) — *O Mural do Tempo. Manuais escolares em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.
- MARTINHA, Cristiana (2008) — *O Ensino da Europa nos Manuais Escolares de Geografia (1980-2006) - Entre a Utopia e a Necessidade*. Porto: FLUP. Dissertação de Mestrado em História e Educação.
- MARTINS, Carla Conceição Santos (2010) — *O uso do manual escolar no ensino da matemática – um estudo com professores do 2.º ciclo do ensino básico*. Braga: Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado em Estudos da Criança.
- MOREIRA, Maria Gorete (2004) — *As fontes históricas propostas no manual e a construção do conhecimento histórico*. Braga: Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado em Educação.
- MORGADO, José Carlos (2004) — *Manuais Escolares: contributo para uma análise*. Porto: Porto Editora.

- NUNES, Carlos Américo Ramos (2013) — *Os Manuais Escolares de História e de Geografia do Secundário face ao Desafio das Tecnologias na Educação*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- OLIKER, Olga; CRANE, Keith; SCHWARZ, Lowell; YUSUPOV, Catherine (2009) — *Russian Foreign Policy*. Santa Monica: RAND Corporation.
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues; GAGO, Marília; CATARINO, Isabel; CANTANHEDE, Francisco; TORRÃO, Paulo (2015) — *O Fio da História*. Lisboa: Leya Editora.
- PINGEL, F. (1999) — *UNESCO guidebook on textbook research and textbook revision*. Paris: UNESCO (ED-99/WS/27).
- PORTO EDITORA (2017) — *Sobre Nós*. Porto: Porto Editora. Disponível em <<https://www.portoeditora.pt/sobre-nos/quem-somos>>. [Consulta realizada em 10/08/2017].
- PORTUGAL. Ministério da Educação (1991) — *Programa de História: Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem*. 4ª ed. Lisboa: Departamento de Educação Básica, vol. II.
- PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência (2014) — *Metas Curriculares de História: 3.º Ciclo do Ensino Básico*, Ministério da Educação e Ciência (Governo de Portugal).
- ____ [s.d.] — *Metas Curriculares*. Disponível em <http://matematicaonline.pt/index_htm_files/metas_curriculares_introducao.pdf>. [Consulta realizada em 02/08/2017].
- REGO, António Manuel Cerqueira (2014) — *Vamos aprender com o manual? Perceções de alunos do 3.º ciclo do Ensino Básico sobre o(s) uso(s) do Manual Escolar em História e Geografia*. Porto: FLUP. Dissertação de Mestrado em Ensino de História e de Geografia
- TORMENTA, José Rafael (1996) — *Manuais escolares: Inovação ou tradição?* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- YOUNG, M. (2007) — *Para que Servem as Escolas?* «Educação e Sociedade», vol. 28, n.º 101. Campinas: CEDES, p. 1287-1302.